



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.592, de 2021

(Apensado: PL 341/2024)

Institui a Semana da Educação Midiática, a ser realizada anualmente nas instituições de ensino da educação básica.

Autor: Deputada Tabata Amaral

Relator: Deputado Pedro Campos

I – RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei nº 4.592, de 2021, de autoria da Deputada TABATA AMARAL, que “Institui a Semana da Educação Midiática, a ser realizada anualmente nas instituições de ensino da educação básica”.

Por despacho da Mesa Diretora, em 2 de fevereiro de 2022, a proposição foi distribuída para apreciação conclusiva desta Comissão, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno, e, nos termos do art. 54 do mesmo diploma legal, à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, tramitando em regime ordinário.

Em 30 de março de 2023, fui designado relator da matéria.

Em 19 de abril de 2023, encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma emenda foi apresentada.

De acordo a proposição, nos termos do seu art. 2º, ficaria instituída a Semana da Educação Midiática, a ser realizada anualmente na última semana de maio, em todas as instituições de ensino da educação básica.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

Em 23 de fevereiro de 2024, foi apensado o PL 341/2024 de autoria do deputado Raniery Paulino. O projeto propõe a data do dia 23 de outubro para celebração do dia Nacional da Educação Midiática.

É o **Relatório**.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Educação, nos termos do art. 32, inciso IX, alíneas “a” até “d”, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, bem como direito da educação e recursos humanos e financeiros para a educação.

Conforme ressaltado pela autora da proposição, Deputada TABATA AMARAL:

A Educação Midiática, a ser trabalhada na forma de conteúdo transversal, ao nosso ver, representa iniciativa bastante relevante para a formação dos atuais e futuros cidadãos. O aluno educado midiaticamente, ou seja, aquele que desenvolveu ferramentas para ler criticamente as informações que recebe, que utiliza as ferramentas de comunicação de modo adequado e que participa de maneira consciente, ética e responsável do ambiente informacional, terá condições de exercer o seu direito fundamental à liberdade de expressão e à comunicação plenamente.

É, portanto, inegável a importância do tema que estamos examinando. Vale destacar, porém que o Poder Executivo, por meio do seu órgão ministerial, o Ministério da Educação, lançou, em cooperação com a UNESCO Brasil, a 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática, de 23 a 27 de outubro de 2023, que mobilizou escolas e organizações com o objetivo de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

promover o tema por todo o país. Segundo o MEC, o Lançamento da Estratégia de Educação Midiática quer promover ambiente digital mais plural e seguro. Dessa forma, buscando um melhor alinhamento às ações já em andamento, propomos um **substitutivo** ao projeto para que o evento seja realizado no mês de outubro, alinhado ao proposto pelo Poder Executivo e pela proposta apensada.

Diante dos argumentos expostos, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.592, de 2021 e do Projeto de Lei nº 341, de 2024, apensado, na forma do **substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO CAMPOS
PSB/PE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.592, de 2021

Institui a Semana da Educação
Midiática, a ser realizada anualmente
nas instituições de ensino da educação
básica.

O Congresso Nacional decreta: ,

Art. 1º Fica instituída a Semana da Educação Midiática, a ser realizada
anualmente no mês de outubro, em todas as instituições de ensino da
educação básica.

Parágrafo único. Durante a Semana, serão promovidas atividades com
vistas a promover o acesso qualificado à informação e às mídias em todos os
seus formatos, a produção adequada de conteúdos, o desenvolvimento de
pensamento crítico, a distinção entre fatos e opiniões, a identificação de
notícias falsas e o combate à desinformação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO CAMPOS
PSB/PE

